

PORQUE URGE PARAR E REFLETIR

Carla Mariana Pinto

f Associação de
Professores de
FILOSOFIA

Ficha técnica

Porque urge parar e refletir

© Carla Mariana Pinto, 2014

Trabalho realizado no âmbito da formação “Cidadania e Direitos Humanos”

Edição Apf - Associação de Professores de Filosofia

PORQUE URGE PARAR E REFLETIR

Carla Mariana Pinto

Porque urge parar e refletir...

“Virá o dia em que a matança de um animal será considerada crime tanto quanto o assassinato de um homem.” Leonardo da Vinci

...Esse será o dia em que teremos abandonado o antropocentrismo, especismo e egoísmo tão enraizados na nossa sociedade... Esse será o dia em que teremos reconhecido a todos os animais -- humanos e não humanos - um valor intrínseco, uma dignidade inviolável, um estatuto moral... direitos. Mas, como torná-lo realidade?

Quando comecei este trabalho estava longe de perceber as suas implicações na esfera pessoal. Vegetariana convicta há muitos anos, acreditava que da obtenção de outros produtos de origem animal -- por exemplo, leite ou ovos -, desde que de origem biológica, não adviria qualquer sofrimento. Baseava-me, talvez, em relatos familiares de convivência com outros animais, de experiências pessoais... Realmente quando acompanhei na infância uma amiga a pastar um rebanho de cabras nada vi de mau... Elas estavam todo o dia na serra, onde se alimentavam livremente, limpando os matos, as crias podiam mamar quando quisessem e não eram, em nenhum momento, violentadas. À noite abrigavam-se nos currais situados debaixo das casas, aquecendo-se e aquecendo as famílias, muitas vezes demasiado pobres para outras opções. Só muito mais tarde me apercebi que, para comer carne, animais como estes teriam de sofrer e morrer. Não conseguia viver com isso. Mas durante muito tempo consegui conviver pacificamente com outras utilizações dos animais não humanos por parte dos animais humanos. Agora tenho dúvidas.

Comecei por propor a mim própria a defesa duma posição utilitarista, designada de bem-estarista ou neobem-estarista. Efetivamente era aquilo em que acreditava. “Lancei-me” na leitura de *Libertação animal*, de Peter Singer e comecei a escrever... E a apagar... E a escrever novamente... E a apagar repetidamente... A sensação de insatisfação e as múltiplas e fecundas questões assombravam-me... Principei a leitura d’*Os animais têm direitos?*, de Pedro Galvão. Redescobri Tom Regan, que não aprofundi tanto quanto desejaria, mas que satisfiz algumas das minha inquietações. Todas, não... Daí considerar que esta reflexão não ficará encerrada. O que li abalou os alicerces que julgava bem sedimentados, mas construo ainda os novos. Como tal, penso levantar mais problemas do que avançar respostas e muito menos respostas definitivas.

Por questões pragmáticas, e não desfazendo muitas outras posições que também pretendo aprofundar, o presente trabalho incidirá sobretudo nas perspectivas de Peter Singer e Tom Regan, com referência a filósofos com posições antagónicas à defesa de um estatuto moral dos animais não humanos, Roger Scruton e Carl Cohen.

Passando a redundância e começando pelo princípio: a sociedade atual, demasiado empenhada na adoração do dinheiro, como referido no *Papalagi* de Erich Scheurmann, desinveste nas relações afetivas e na promoção de valores como o respeito por todos os seres, colocando o ser humano e os seus interesses no centro de tudo. Fazemos parte de algo muito superior a nós, a Natureza, e é exatamente pelo facto de lhe termos voltado as costas que começamos hoje a sofrer as consequências dos nossos comportamentos. Na Natureza encontramos animais de diferentes espécies que, acaso resolvamos discriminar será apenas por isso mesmo - espécie.

Na obra *Libertação Animal*, de Peter Singer, mais especificamente no ensaio “*Todos os animais são iguais*”, o conceito de especismo - discriminação baseada na espécie - é analisado e refutado. Partindo do utilitarismo de Jeremy Bentham, que desenvolve, Peter Singer encontra na senciência - capacidade de sentir prazer e dor - um critério fundamentador do estatuto moral de alguns animais não humanos. Peter Singer opta, assim, por se manter à margem da discussão em torno dos direitos, assumindo algo que considera ser irrefutável: “*se um ser sofre, não pode haver justificação moral para recusar ter em conta esse sofrimento. Independentemente da natureza do ser, o princípio da igualdade exige que ao seu sofrimento seja dada tanta*

consideração como ao sofrimento semelhante (...) de um outro ser qualquer"ⁱ. Os animais não humanos, tais como os humanos, têm pelo menos o interesse de não sofrer e tal deve ser considerado e maximizado.

Como sabemos que um ser sofre? Peter Singer recorre a argumentos que vão desde simples analogias a autoridades na matéria, como conceituados neurologistas. Seja pela semelhança de comportamentos - gemidos, contorções, tentativas de fuga de situações geradoras de dor, expressões de medo -, ou pelas reações fisiológicas ao nível de sistemas nervosos similares, facilmente observáveis na atualidade, somos impelidos a concordar com Peter Singer. Desvalorizar todos estes sinais de sofrimento colocar-nos-ia a um nível de discriminação arbitrário, resultante de preconceitos sem qualquer fundamentação, designado por especismo, comparável ao racismo e ao sexismo.

Rejeitado o especismo, assumida a igualdade entre todos os seres sencientes e com ela a obrigação de uma idêntica consideração de interesses, não bastará maximizar o não sofrimento, teremos que *"admitir que seres que são semelhantes em todos os aspetos relevantes têm um direito semelhante à vida"*ⁱⁱ. *"Seres semelhantes..."*; Peter Singer não considera todos os seres sencientes iguais, mas a diferença não resulta da espécie. Pelo contrário... *"Enquanto a autoconsciência, a capacidade de pensar em termos de futuro e ter aspirações, a capacidade de estabelecer relações significativas com os outros, não são relevantes para a questão da infligência de dor (...) estas capacidades são relevantes para a questão da morte."*ⁱⁱⁱ Para Peter Singer, quando se trata de escolher entre um ser com autoconsciência, capaz de se projetar no futuro,..., e um ser que carece destas capacidades, a escolha é clara: terá mais valor a vida de um ser com as capacidades referidas, independentemente da sua espécie. Por mais controverso que possa parecer, no âmbito da ética utilitarista de Peter Singer, há coerência em tal afirmação. Defender a superioridade de todos os seres humanos seria mergulhar novamente no especismo. Mas não será cada vida, humana ou não, única, irrepitível e inviolável?

Urge agora questionar: quais as consequências de uma perspectiva como a de Peter Singer? O que advém da adoção no contexto referido de uma ética utilitarista, consequencialista, que coloca o fundamento da ação moralmente correta na maximização da felicidade, ou seja, na promoção do bem-estar, do prazer, e na rejeição

da dor? Implica pelo menos a recusa de práticas abomináveis como a caça e a criação de animais para extração de peles, a captura e aprisionamento de animais selvagens com o intuito de os exibir em jardins zoológicos e circos, sádico deleite de alguns humanos, o abate indiscriminado de espécies em vias de extinção, entre muitas outras onde se incluem as experiências com animais não humanos há muito financiadas pelos governantes de cada país e a criação de animais não humanos para a alimentação. Singer opta, no livro *Libertação Animal*, por analisar apenas as duas últimas referidas. Fá-lo não só por questões práticas de organização da obra, mas essencialmente por considerar que *“se estas formas de especismo oficialmente incentivadas e quase universalmente aceites puderem ser abolidas, a abolição das outras práticas especistas não tardará a seguir-se”*^{iv}. Não retirando o valor da opção e exposição de Singer, penso que o caminho inverso também devia ser considerado... Há práticas que conseguirão uma adesão mais rápida e eficaz do que o abandono da experimentação animal e das criações intensivas e que, similarmente, poderão constituir primeiros passos na libertação animal.

As páginas seguintes da obra contêm relatos de experimentações absolutamente desnecessárias, em que os animais não humanos, instrumentalizados até ao limite do que o conceito poderá implicar, são sujeitos a experiências geradoras de sofrimento inimaginável. Qual o limite? Experiências como as de Harlow e dos seus seguidores que privam chimpanzés bebés da relação materna, provocando-lhes mal-estar, dor, *“angústia, desespero, ansiedade, perturbações psicológicas gerais e a morte”*^v, ignorando por completo o facto de existirem inúmeras observações com chimpanzés órfãos no seu meio ambiente, bem como testes de cosméticos e detergentes, são absolutamente desnecessários tendo em conta a sua inutilidade e o sofrimento que infligem. Mas aqui surge um ponto de cisão com Peter Singer: para este filósofo, se o prazer, o benefício, que advém das experiências descritas anteriormente é claramente inferior à dor provocada, fundamento da sua recusa e condenação, no caso da experimentação médica a situação já não é tão linear. Projetando para o futuro uma possível mudança, no presente poderão ser aceites algumas experimentações médicas com determinados animais não humanos, desde que o benefício daí decorrente o fundamente devidamente. Ora, uma vez que já existem alternativas, tais como a cultura de células e tecidos e as simulações por computador, capazes de fornecer resultados mais fidedignos do que as opções tradicionais, que muitas vezes, dadas as diferenças

genéticas entre as espécies, provocaram efeitos secundários, imprevisíveis e muito graves no ser humano, que justificação poderemos encontrar para continuar a adiar o abandono da experimentação médica em animais não humanos? Além do mais, o que nos garante que medicamentos que não revelaram cumprir os seus propósitos em experiências realizadas com animais não humanos não seriam eficazes com animais humanos?

Voltando à obra de Peter Singer, deparamo-nos de seguida com a exposição do funcionamento de uma unidade de produção intensiva que, para quem desconhece, implica o abuso continuado de um número incalculável de animais não humanos e um dispêndio absurdo em termos de recursos naturais e financeiros. Tomando como exemplo porcas e a propósito da sua reação quando confinadas num compartimento, com correntes, pela primeira vez, escreve Peter Singer, remetendo para os relatos de Cronin: *«As porcas atiravam-se violentamente para trás, lutando contra as correntes. As porcas batiam com a cabeça em vários sítios, enquanto se contorciam e voltavam, na tentativa de se libertarem. Emitiam gritos frequentemente (...).»* Estas tentativas violentas de fuga podem durar até três horas. Quando abrandam (...), as porcas permanecem deitadas durante longos períodos de tempo, geralmente com o focinho sob as grades, emitindo ocasionalmente grunhidos suaves e queixumes. Após algum tempo, as porcas revelam outros sintomas de tensão, tais como morder as barras dos compartimentos, mastigar quando não há nada para mastigar, abanar as cabeças incessantemente (...).»^{vi}. Não acredito que a maioria dos seres humanos fique indiferente a tal comportamento. Naturalmente temos aversão ao sofrimento e, se o toleramos, é porque acreditamos que daí virá um bem maior. Que bem poderá vir da criação de um animal numa produção intensiva ou, até, de uma qualquer criação, que tenha em vista a morte para servir de alimento? O manter de um hábito? Um prazer egoísta?

Sabemos, a ciência tem-nos dado boas razões, que não necessitamos ingerir carne, peixe ou qualquer produto de origem animal para termos uma vida saudável. A própria Associação Americana de Nutrição sublinha que *“dietas vegetarianas bem planeadas, incluindo dietas veganas, são saudáveis, nutricionalmente adequadas, e podem oferecer vantagens para a saúde na prevenção e tratamento de determinadas doenças. Dietas*

vegetarianas bem-planeadas são apropriadas para todas as fases da vida, incluindo gravidez, aleitamento, primeira infância, infância, adolescência, e para atletas^{vii}. Então por que razão se continua a alimentar preconceitos? Toda a criação de animais não humanos para alimento, tradicional ou intensiva, implica uma maior dor para o animal não humano do que felicidade para o humano. Os mais importantes interesses dos animais não humanos, nomeadamente o não sofrer e o continuar vivo, são violados sistematicamente quando os instrumentalizamos, infligindo-lhes dor e provocando-lhes a morte, por razões que são tudo menos boas. Todas as nossas necessidades alimentares podem ser hoje satisfeitas com alimentos de origem vegetal. O sabor também não é justificação... O gosto, o prazer que pode advir de um prato sem alimentos de origem animal poderá suplantar significativamente a alternativa. Será que saber a origem do que se come não é razão suficiente para mudar os nossos hábitos? A este propósito, refere Peter Singer que, *“Matar um animal é, em si, um ato perturbante. Diz-se que se nós próprios tivéssemos que matar os animais que nos dão a carne que comemos, todos nos tornaríamos vegetarianos*^{viii}.

“Ser vegetariano... ou como produzir menos sofrimento e mais alimento com um custo reduzido para o ambiente.”^{ix} Se todos os outros argumentos não tiverem sido convincentes, Singer acrescenta agora argumentos nos âmbitos ecológico e financeiro, decorrentes também de uma perspetiva utilitarista... Entre muitas outras medidas para mudar a forma como tratamos os animais não humanos, que culminarão na sua libertação, conta-se o deixar de os comer. Embora tolerante com quem se opõe ao sofrimento dos animais, mas não à sua morte sem dor, Peter Singer sublinha que no quotidiano e essencialmente a nível psicológico será muito difícil compatibilizar a preocupação relativamente aos animais não humanos e continuar a comê-los.

Por razões económicas, a maioria da carne comprada na sociedade atual resulta de produções intensivas, onde é infligido, como referido anteriormente, um sofrimento incalculável aos animais não humanos aí confinados. Nada se pode apresentar como argumento para diminuir ou justificar o facto de não dever ser comprada. Enquanto o for, estão a ser incentivadas todas estas produções, que em nada dignificam o ser humano.

E quando se trata de animais não humanos que advêm de produções não intensivas, que não infligem sofrimento aos animais? No meu ponto de vista, tal é absolutamente reprovável pelo que mencionei antes, nomeadamente o carácter desnecessário da ingestão de tais alimentos. Não obstante este facto, devo confessar que, tal como Peter Singer (penso eu), conviverei e tolerarei melhor alguém que diminui substancialmente a utilização de animais não humanos na sua alimentação, cuidando que tiveram uma vida e uma morte isentas de sofrimento. Nas palavras de Roger Scruton, estaríamos perante um carnívoro consciente (se é que tal poderá existir...), que trata com cuidado dos seus animais, aceita a diminuição do consumo em função da diferença no seu tratamento, que teria em conta as suas necessidades, o que implicaria piedade e respeito, que no fundo assumia o dever de comer os seus amigos.^x Mas, sublinhando novamente para que não haja equívocos, conviverei e tolerarei melhor, nunca defenderei! Ser vegetariano segundo Peter Singer, ou melhor, vegan, posição que hoje conheço melhor e me inclino cada vez mais a assumir, produzirá sempre um menor sofrimento que a opção contrária.

Voltando aos argumentos de ordem económica e ambiental, ser vegetariano ou vegan implica menos custos, logo maior lucro, e uma utilização mais racional dos recursos do planeta, o que contribuirá para o equilíbrio da Natureza, onde se incluem todos os animais. O que se gasta na produção de animais não humanos para a alimentação é um bom argumento para abandonar esta produção. Por exemplo, *“Suponhamos que temos um acre de terra fértil. Podemos utilizar essa terra para cultivar um alimento vegetal com elevado teor proteico, como ervilhas ou feijões. Se fizermos isto, a terra produzirá entre cento e cinquenta e duzentos e cinquenta quilos de proteína. Em alternativa, podemos utilizar a terra para cultivar alimentos de animais e, depois, matar os animais. Assim, a nossa terra produzirá entre vinte e vinte e sete quilos de proteínas”^{xi}*. Ridículo, não? Pedindo desculpa pela linguagem, perante tal exemplo só poderei apelar de ridícula a opção pelos animais não humanos na obtenção de proteínas. Este é claramente um método mais caro, destrutor do ambiente e que traz consigo uma elevada carga de sofrimento. Se a isto acrescentarmos o consumo de água, a argumentação a favor do vegetarianismo ainda será mais forte.

Mas, vegetarianismo ou veganismo? Não necessitamos do leite ou dos ovos, nem de muitos outros alimentos e materiais proporcionados pelos animais não humanos. A produção de leite ou de ovos também pode implicar sofrimento, bem como a extração de lã ou a obtenção da seda, entre outros. Apesar de Peter Singer não se opor «à produção de ovos de “galinhas do campo”»^{xii} e considerar ser muito difícil abster-nos de laticínios, dados os alimentos em que estão incluídos, no meu entender, o ideal seria não instrumentalizar qualquer animal, colocando-nos ao nível duma perspetiva deontológica de direitos. Porém, será instrumentalizar quando se considera um igual? Desde que foram domesticados que muitos dos animais não humanos partilham o seu dia a dia com animais humanos, ajudando-os em múltiplas tarefas. Se o cabrito, o bezerro,... não for privado de leite, poderá ou não a progenitora contribuir para a alimentação e economia da família? Se a ovelha não for ferida, será legítimo usar a sua lã? Se o cão for acarinhado, é correto que apoie pessoas com deficiência e ajude na descoberta de vítimas soterradas? Se o porco preto for livre, poderá procurar e alertar para a localização de trufas? Creio que sim! Afinal, rejeitando o especismo, se temos relações em que animais humanos trabalham para nós e em que de quem os emprega se exige um tratamento digno e uma retribuição económica, porque não ter as mesmas relações com animais não humanos? Por exemplo, a Associação para a Preservação do Burro - Burricadas, uma associação sem fins lucrativos, criada em março de 2007, com o objetivo de divulgar e preservar o burro em Portugal, onde está integrado um abrigo em que são acolhidos burros velhos, abandonados e/ou maltratados, funcionando como um refúgio onde os animais recebem todos os cuidados necessários ao seu bem-estar, não recebe qualquer tipo de subsídio ou apoio financeiro estatal. Assim, todas as receitas do projeto provêm apenas de donativos e da realização de atividades e eventos.^{xiii} Voltando à minha exposição... Não haverá legitimidade no facto desta associação no concelho de Mafra promover passeios de burro para fazer face às suas despesas? Não seríamos especistas ao negar aos burros a possibilidade de contribuírem para a sua existência? Dirão os mais críticos que não devemos interferir no curso da Natureza... Penso que a conservação de algumas espécies trará um maior benefício do que prejuízo, estando justificada no âmbito de uma ética utilitarista. Pelo tratamento com dignidade, não instrumentalização e preservação de uma vida, teremos esta ação também justificada pela ética deontológica.

Chegada a este ponto do meu trabalho, só posso concluir que a teoria de Peter Singer contribuiu decisivamente para uma mudança na forma de olhar todos os animais, diminuindo o fosso que os separava e a tradição sempre sublinhou. Porém, como bem-estarista que é, deixou de fora algo extremamente importante: os direitos dos animais não humanos. À semelhança dos direitos dos animais humanos, cada direito do animal não humano procura atribuir-lhe alguma proteção, sem exigir do mesmo, pela sua natureza, deveres. Nada chocante... afinal a alguns deficientes mentais profundos, humanos com demência e bebés também não são exigidos deveres. Tom Regan é, inequivocamente, um dos seus mais representativos defensores.

Deontológica e intencionalista, a ética de Tom Regan baseia-se no dever e não nas consequências. Tal como refere Pedro Galvão, Tom Regan partilha com Peter Singer *“muitas questões estritamente práticas”*, porém os dois filósofos *“divergem profundamente na sua posição ética fundamental. Regan acredita em direitos deontológicos, opondo-se assim ao utilitarismo. Mas, criticando também a moralidade tradicional, defende que não podemos restringir esses direitos aos seres humanos”*^{xiv}.

A história da filosofia negou os direitos aos animais, por vezes de forma mais radical, como René Descartes que os rotulou de *“máquinas particularmente intrincadas (...) autómatos destituídos de pensamento ou de qualquer consciência”*^{xv}, desvalorizando-os, outras vezes valorizando-os, mas evitando a questão, “fugindo” a controvérsias, optando por falar apenas em interesses ou bem-estar, como Peter Singer. Também Immanuel Kant, um dos grandes expoentes da ética deontológica, foi lacunar na sua posição ao postular a racionalidade como fundamento do estatuto moral, deixando de parte muitos animais humanos, e rejeitando para todos os animais não humanos a consideração como fins em si mesmos e, enquanto tal, sujeitos de direitos.

Para Tom Reagan todos os seres humanos e alguns animais não humanos têm estatuto moral e direitos deontológicos, são fins em si mesmos, têm um valor intrínseco que só é violável em situações de legítima defesa. Nesta perspetiva, um animal humano terá tantos limites éticos à sua ação em relação aos da sua espécie como no que concerne a alguns animais não humanos. Estes direitos acabam por ser *“essencialmente negativos: respeitá-los é não interferir de certas formas nas vidas dos indivíduos que os possuem”*^{xvi}.

Mas, que direitos são estes? Todos os consagrados na *Declaração Universal dos Direitos do Animal* [não humano] proclamada pela UNESCO em 15 de outubro de 1978? De forma alguma! Muitos serão até contraditórios com os defendidos. Por exemplo, o artigo 9.º “Quando um animal é criado para a alimentação humana, deve ser nutrido, instalado e transportado, assim como sacrificado sem que desses atos resulte para ele motivo de ansiedade ou de dor.” choca inevitavelmente com o artigo 1.º “Todos os animais nascem iguais perante a vida e têm os mesmos direitos à existência.”. São, assim, pelo menos o direito à vida, ou seja a não ser morto, o direito à integridade física e psicológica, ou seja a não ser torturado, e o direito à liberdade, ou seja, a não ser aprisionado. “Moralmente nunca devemos tirar a vida, invadir ou maltratar o corpo ou limitar a liberdade de qualquer animal que seja sujeito-de-uma-vida simplesmente porque isso nos beneficiará ou trará benefícios à sociedade em geral”^{xvii}. Só atribuindo direitos aos animais não humanos será possível proteger, salvaguardar os seus interesses.

Fazer uma tal afirmação, defender uma posição onde se considera que todos os animais humanos e alguns não humanos têm direitos, coloca Tom Regan numa situação delicada. Explicitando... A diferença da sua ética cria estranheza, tal como a de Peter Singer criou. No entanto, o bem-estarismo já contou com muitos anos de enraizamento na sociedade e reúne uma certa tolerância por parte de alguns dos criadores de animais. Afinal, são muitas as iniciativas que surgem no sentido de tornar a vida dos animais não humanos mais dignas... E, apesar das críticas de muitos abolicionistas, têm tido o seu valor nesta sociedade que olha para todos os animais com uma profunda indiferença. Não obstante este facto, Tom Regan tem razão quando diz que é urgente defender-se jaulas vazias e não jaulas maiores. O cerne da questão já não está na forma como os animais não humanos são criados e/ou usados, está em que, tal como aos animais humanos, deve-lhes ser reconhecido um valor intrínseco. Eles devem ser respeitados, tratados como fins em si mesmos e não como meios.

Mas, “os animais não são humanos”^{xviii}. Pois não, mas privá-los de direitos em nome disso seria assumir o especismo. Em *Animal Rights, Human Wrongs*, Tom Regan, afirma que o facto de não serem humanos “não oferece nenhuma razão para pensar que os animais não têm direitos. (...) A suposição de que a espécie a que um indivíduo

pertence determina se ele tem direitos evidencia um preconceito do mesmo tipo que o racismo e o sexismo: evidencia especismo^{xxix}. Pelo menos os mamíferos e as aves, cuja fisiologia e anatomia são similares à do ser humano, *“têm interesses de preferências e interesses de bem-estar” e podemos atribuir-lhes “uma vida mental rica e complexa”*^{xxx}.

O que têm em comum os animais humanos e alguns não humanos que possibilita a sua consideração indiferenciada, o assumir de cada vida como única, irrepetível e inviolável? Segundo Tom Regan, o serem sujeitos-de-uma-vida. Os sujeitos-de-uma-vida *“não se limitam a estar no mundo: estão conscientes do mundo e conscientes, também, do que se passa ‘no interior’, na vida que decorre por trás dos seus olhos. Nesta medida, os sujeitos de uma vida são algo mais que matéria animada, são algo diferente das plantas que vivem e morrem; os sujeitos de uma vida são o centro experienciante das suas vidas, são indivíduos que têm uma vida que, experiencialmente, corre melhor ou pior para si mesmos, de forma logicamente independente do valor que têm para os outros*^{xxxi} e, acrescenta, *“esses animais [pelo menos os mamíferos e aves] são nossos semelhantes a nível psicológico. Como nós, levam na sua vida o mistério de uma presença psicológica unificada. Como nós são alguém, e não apenas algo. Destas formas fundamentais, eles são nossos semelhantes, nós somos seus semelhantes”*^{xxxi}, concluindo que todos os sujeitos-de-uma-vida são iguais no que respeita ao valor inerente, rejeitando qualquer hierarquização em função do talento, riqueza, espécie...

Todos os sujeitos-de-uma-vida, indivíduos com crenças e desejos, percepção, memória e uma noção do futuro, incluindo do seu, com uma vida emocional e sensações de prazer e dor, interesses de preferências e de bem-estar, a capacidade de iniciar ações na persecução dos seus desejos e objetivos, uma identidade psicofísica ao longo do tempo e um bem-estar individual no sentido em que a sua vida experiencial lhes corre melhor ou pior, de forma logicamente independente da sua utilidade para os outros ou de serem objeto dos interesses de outros^{xxiii}, devem ser tratados com respeito. A sua consideração não poderá passar pelo mero considerar dos seus interesses de modo imparcial, terá que se colocar ao serviço do cumprimento de direitos que não só protegem animais humanos que carecem de uma determinada racionalidade, como é o caso dos bebés, deficientes mentais profundos e indivíduos com demência, mas também os animais não humanos que partilham estas características. Estaremos

perante uma clara distinção entre agentes e pacientes morais, sendo que os primeiros têm consciência dos seus direitos, criam-nos/assumem-nos como seus e defendem-nos, tendo associados um conjunto de deveres; os segundos são indivíduos a quem reconhecemos direitos, mas que não são capazes de aplicá-los ou perceber o que significa tê-los. É nesta categoria de paciente moral, parte de uma abrangente comunidade moral, que Tom Regan situa estes seres humanos com determinadas limitações em termos de racionalidade e os animais não humanos.

Deste modo, e por serem agentes ou pacientes morais, pertencerem a uma comunidade moral e, enquanto tal, possuírem direitos, mesmo que da tortura, do sofrimento de um sujeito-de-uma-vida possa vir um maior prazer do que a dor provocada, dado o seu valor inerente, este comportamento será sempre reprovável. Não é legítimo, em nenhuma circunstância, privar um sujeito-de-uma-vida, independentemente de ser um animal humano ou não humano, da vida, da liberdade ou da sua dignidade. As consequências nunca poderão justificar tal comportamento.

Dirão algumas vozes críticas, como Roger Scruton e Carl Cohen, que os animais não têm direitos. Ambos reconhecem a necessidade de os tratar bem, mas rejeitam atribuir-lhes um estatuto moral. Para Roger Scruton, a nossa relação com eles passará apenas pelo tratá-los “como amigos”, aspeto referido anteriormente e que o coloca numa posição especista, dado atribuir uma superioridade à espécie humana. Similarmente, Carl Cohen assume um lugar muito diferente para o animal não humano quando comparado com o humano, considerando que sim, temos obrigações para com os animais, mas nada existe na obra de Tom Regan que prove que estes têm direitos. Muito pelo contrário, os animais não humanos são seres amorais, incapazes de distinguir o bem do mal, os conceitos de certo e errado são-lhes completamente estranhos. Tom Regan contrapõe facilmente esta objeção. Se realmente não poderemos falar em direitos dos animais perante os outros animais, se aquilo de que se trata não é de agentes morais, daqui não decorre que em relação ao ser humano não possam ter direitos. Tal como os pacientes morais humanos e, ao contrário do que defende Carl Cohen, daí ser especista, os animais não humanos devem, perante os animais humanos, ter direitos.

Assim, e à luz de uma perspectiva ética de direitos dos animais não humanos, considerados como pacientes morais, nenhuma experimentação, mesmo a médica, poderá continuar a existir [em animais não humanos]... Qualquer criação de animais tendo em vista a morte e utilização da sua carne para alimentação, ou da pele para vestuário deverá ser abolida. Eles não podem continuar a ser treinados e exibidos em circos e jardins zoológicos. Tal será instrumentalizá-los, tratá-los como um meio e não como um fim. Nas palavras de Tom Regan, *“Não queremos jaulas maiores, mas jaulas vazias. A abolição total. O melhor que podemos fazer quanto a uso dos animais na ciência é não os usar. De acordo com a perspectiva dos direitos, é aí que reside o nosso dever. (...) Em relação ao comércio da criação de animais, a perspectiva dos direitos adota uma posição abolicionista semelhante. (...) Dar aos animais de criação mais espaço, ambientes mais naturais e mais companhia não corrige o mal fundamental (...). Moralmente nunca devemos tirar a vida, invadir ou maltratar o corpo ou limitar a liberdade de qualquer animal que seja sujeito de uma vida simplesmente porque isso nos beneficiará pessoalmente ou trará benefícios à sociedade em geral. A atribuição de direitos aos animais, se significa alguma coisa, tem esse significado.”*^{xxiv}

Por tudo o que referi, e provavelmente muito que interiorizei mas acabei por não mencionar, defendo inequivocamente que os animais humanos e não humanos têm direitos. Seja por serem agentes ou pacientes morais, eles pertencem a uma comunidade moral.

E agora, que linhas em comum e que pontos divergentes com o que expus? Em jeito de síntese e até porque já me referi a vários destes aspetos, o que distingue essencialmente os indivíduos das diferentes espécies é o facto de serem ou não seres sencientes, o que alarga a sua extensão em comparação com os sujeitos-de-uma-vida. Considerado este aspeto, separar-se-ão em agentes ou pacientes morais. Aos agentes morais caberá a responsabilidade da criação, reformulação e implementação de todos os direitos a respeitar pelos mesmos. Destes e dos pacientes morais esperar-se-á que usufruam dos direitos atribuídos.

Neste contexto, poderemos assumir e defender os direitos constantes na atual *Declaração Universal dos Direitos do Animal [não humano]*, proclamada pela UNESCO em 15 de outubro de 1978? Sim, mas com algumas reservas...

Se é fundamental defender o direito dos animais não humanos à igualdade, à vida, à liberdade, à integridade física e psicológica, não sendo torturados e explorados, a serem respeitados, ajudados, cuidados, protegidos, a não serem abandonados quando escolhidos por companheiros, é também urgente deixar de pensar neles como sendo passíveis de ser criados para a alimentação humana, procurando, com a maior brevidade possível, tornar dispensável o dever “*ser nutrido, instalado e transportado, assim como sacrificado sem que desses atos resulte para ele motivo de ansiedade ou de dor*”.

E quanto à experimentação animal? Ela implica necessariamente um sofrimento físico e psicológico e, enquanto tal, como referido na *Declaração*, será incompatível com os direitos do animal, quer se trate de experimentações médicas, científicas, comerciais ou qualquer outra forma de experimentação, devendo ser desenvolvidas e utilizadas técnicas experimentais alternativas.

Será possível contar com um animal para apoiar num trabalho? Não será tal comportamento uma instrumentalização do mesmo? Por razões referidas anteriormente, seríamos especistas se não o permitíssemos. Claro que como qualquer animal humano, o animal não humano deverá ser recompensado, ter direito a um horário e intensidade de trabalho respeitadores da sua dignidade e integridade, bem como a uma alimentação equilibrada e ao devido descanso.

Se falamos em vida, falamos inevitavelmente na morte. Também aqui os animais não humanos devem ser respeitados.

Nos meios de comunicação social devemos assumir de igual modo o que a *Declaração* proclama, proibindo cenas de violência nas quais os animais não humanos são vítimas, exceto se as mesmas tiverem como fim a demonstração da violação dos seus direitos. E porquê? Porque a educação sempre foi e continuará a ser a melhor arma disponível para a mudança de uma sociedade. Governos opressores sempre procuraram que o povo fosse o menos instruído possível, limitando a cada cidadão o acesso à informação, adulterando-a, manipulando massas. Numa sociedade como a nossa, consumista, em que uma percentagem significativa de indivíduos prefere ignorar a realidade, considerando que a pobreza, o sofrimento físico e psicológico... são escolhas ou fantasias... temos ainda um longo caminho para conseguir implementar os direitos dos animais não humanos, assim como dos humanos. Mas muitas sementes já foram

plantadas e outras aguardam o seu momento. Em Portugal, por exemplo, temos já determinados direitos da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* consagrados na *Constituição da República...* A *Lei de Proteção dos Animais* [não humanos] também já começou a ser mudada... Falta uma maior e melhor aplicação, é certo, mas são sinais de mudança!

Voltando à *Declaração dos Direitos dos Animais* [não humanos], o caminho de proteção destes seres passará, assim, pela defesa dos Direitos na Lei, bem como por uma representação governamental de organismos de proteção e salvaguarda dos animais.

Estas serão as GRANDES medidas... e as ditas PEQUENAS? Claro que brinco com a linguagem, mas tendo-me referindo antes ao que terá que passar por instituições como o Estado, quero agora referir-me ao papel individual de cada um, de cada um na esfera individual, de cada um na sua família, de cada um na sociedade, de cada um no mundo, de cada um no Universo, de cada um na Natureza, de cada um... (a repetição é obviamente propositada!)

Primeiro é importante que a realidade seja efetivamente percebida e compreendida. Se “olharmos com olhos de ver”, como se diz na linguagem popular, se utilizarmos todos os nossos sentidos e intuições na sua apreensão, poderemos ter mudanças individuais ao nível de Tom Regan: *“Eu comi carne por mais da metade da minha vida. Na verdade, quando eu era jovem, trabalhei como açougueiro. Durante esse período, eu tinha olhos, mas não enxergava; eu tinha ouvidos, mas não ouvia. Minha consciência foi acordada quando decidi lutar pra minimizar meu papel na violência desnecessária. Mahatma Gandhi foi uma grande influência. Foi por meio de seus escritos que aprendi pela primeira vez que comer carne não era necessário (para minha vida ou minha saúde, por exemplo) e que os animais em fazendas eram submetidos a uma grande violência, antes e durante seu abate. Não quero ter seu sangue em minhas mãos”^{xxv}.*

Depois, ou paralelamente a uma mudança na esfera pessoal, e lembrando que ao filósofo não basta saborear as experiências boas e más da vida para lhes detetar um sentido (Miguel Baptista Pereira), amar e procurar a sabedoria (Sócrates), mas que deve agir no mundo... transformá-lo (Karl Marx) e, ao transformá-lo transformar-se a si... cada

um, cada filósofo, terá de voltar, tal como o escravo da caverna de Platão, e ajudar quem não “vê” a realidade. Este “acordar” implicará um trajeto pessoal para o qual muito poderá contribuir o programa e a metodologia da *Filosofia com Crianças*, desenvolvida por Matthew Lipman. Assim, privilegiando um exercício de pensar em “comunidade de investigação”, a temática dos direitos dos animais não humanos poderia ser abordada, possibilitando uma livre e autónoma construção de um posicionamento relativamente à problemática, resultado da facilitação da intervenção de todos. Só deste modo teríamos um pôr em prática de competências filosóficas como a conceptualização, a problematização e a argumentação.

Neste contexto, o que utilizar como ponto de partida? Para crianças em idade escolar, o primeiro episódio do livro *Lisa*, de Matthew Lipman, parece-me uma boa opção. Afinal, todo ele procura abordar a questão: *Podemos ao mesmo tempo gostar de animais e comê-los?* A experiência de facilitação de sessões mostrou-me sempre a riqueza do diálogo com as crianças... Devo dizer que me sinto curiosa com o decorrer de uma sessão dedicada a esta temática.

A metodologia de Matthew Lipman pode utilizar-se, e de um modo muito profícuo, junto de outras idades... Com adolescentes e adultos seria interessante, também em “comunidade de investigação”, fomentar o pensar, partindo do tema musical *“One Species”*, dos True Nature. Numa segunda sessão utilizaria já excertos de obras de referência, podendo também passar por pequenos documentários...

Investindo na educação, as pessoas poderiam experienciar a realidade. Claro que gozariam da liberdade de fazerem o que quisessem com ela, mas teriam que se responsabilizar pelas consequências.

Se a utilização de animais para a alimentação e a experimentação médica têm pela frente um caminho mais longo em direção à abolição, a exploração de animais não humanos em ditos espetáculos que visam apenas satisfazer interesses sádicos do animal humano começam a desaparecer... Veja-se o exemplo em Portugal da TVI que, na sequência de inúmeros *emails* e solicitações, diminuiu e posteriormente aboliu as touradas da sua programação televisiva. E na arena? O seu fim passará necessariamente pelo boicote aos espetáculos de horror, no fazer ouvir inúmeras petições que circulam

em diferentes meios. Parafraseando a Amnistia Internacional, “*A sua assinatura é importante!*”.

Também a experimentação em animais não humanos de detergentes e cosméticos, bem como a sua comercialização, já viu o fim anunciado na União Europeia. Há pela primeira vez nesta matéria um compromisso relativamente à promoção do bem-estar animal. Talvez pressionando, por exemplo com petições, a União Europeia apresse o que diz desejar - a substituição das técnicas de experimentação médica.

E quanto ao resto? Por exemplo, animais não humanos exibidos em circos? Se não os formos ver, se não alimentarmos os negócios, estes circos terão que se modificar ou extinguir. Os animais não humanos que neles são explorados poderão terminar os seus dias, por exemplo, em reservas onde seja assegurado o seu bem-estar. Apesar da limitação de liberdade, para animais não humanos que sempre viveram em cativeiro, poderá ser a melhor opção. Os que ainda tiverem essa oportunidade, quem sabe não serão reeducados e devolvidos ao *habitat* natural?

E a morte de animais para utilização das suas peles? Será que alguém que vê e ouve uma foca bebé a ser esfolada viva consegue usar a sua pele?

E mesmo na alimentação... Será que ao ver, ouvir, enfim, sentir o que acontece para que seja servido, por exemplo, *foie gras*, este não será proibido?

Poderia, infelizmente, continuar indefinidamente... Mas **há um momento em se deve parar e refletir**. Vegetarianismo, mas preferencialmente veganismo, adoção de uma vida o mais isenta possível de sofrimento... Eis o que desejo para mim e para a humanidade. Para os animais humanos e não humanos almejo direitos que tenham a força de Lei, com tudo o que tal possa implicar!

*“And when are we going to see that there’s no
difference in suffering.*

One species, we’re all the same.

We’re all sentient beings.”^{xxvi}

True Nature



...mais cedo do que o esperado, mais tarde do que o
desejado...

Fonte da imagem:

<https://pt-pt.facebook.com/PortuguesesDireitosTodosAnimais>,

consultado em 24-02-2014.

Notas:

ⁱ Peter Singer (2008). *Libertação Animal*. Porto: Via Ótima, p. 8.

ⁱⁱ Ibid., p. 17.

ⁱⁱⁱ Ibid., p. 19.

^{iv} Ibid., p. 21.

^v Ibid., p. 33.

^{vi} Ibid., pp. 119-120.

^{vii} http://www.mudaomundo.org/faq#humanos_omnivoros, consultado em 24-02-2014.

^{viii} Peter Singer, op. cit., p. 141.

^{ix} Ibid., p. 149.

^x Texto adaptado de: Roger Scruton. *"Eating our Friends." Right Reason*. In <http://catholiceducation.org/articles/environment/en0011.htm>, consultado em 15-01-2014.

^{xi} Peter Singer, op. cit., p. 155.

^{xii} Ibid., p. 165.

^{xiii} Texto adaptado de: <http://www.burricadas.org/index.htm>, consultado em 24-02-2014.

^{xiv} Pedro Galvão (2010). *Os Animais têm Direitos? Perspectivas e Argumentos*. Lisboa: Dinalivro, p. 17.

^{xv} Ibid., p. 11.

^{xvi} Ibid., p. 11.

^{xvii} Tom Regan, *"Direitos dos animais"*, in Pedro Galvão, op. cit., p. 61.

^{xviii} Tom Regan, *"Objecções e Respostas"*, in Pedro Galvão, op. cit., p. 97.

^{xix} Ibid., pp. 97-98.

^{xx} Tom Regan, *"Direitos dos animais"*, in Pedro Galvão, op. cit., pp. 52-53.

^{xxi} Ibid., p. 53.

^{xxii} Ibid., p. 55.

^{xxiii} Tom Regan, *The Case for Animal Rights*, in Pedro Galvão, op. cit., pp. 17-18 (adaptado).

^{xxiv} Tom Regan, *"Direitos dos animais"*, Pedro Galvão, op. cit., pp. 60 e 61.

^{xxv} <http://vegetarianismoveganismo.blogs.sapo.pt/tag/tom+regan>, consultado em 24-02-2014.

^{xxvi} E quando é que vamos perceber que não há diferença no sofrimento? Uma espécie, somos todos iguais. Somos todos seres sencientes.